



Docentes exigem Compromisso do Ministério da Educação

Pela valorização da profissão e por uma escola pública de qualidade

A formação, nos finais de 2015, de um governo do Partido Socialista assente numa posição política concertada com o Partido Comunista Português, o Bloco de Esquerda e o Partido Ecologista Os Verdes, criou nos trabalhadores portugueses justificadas expectativas. Para os professores e educadores foi o fim de um período particularmente negativo, o dos consulados de Lurdes Rodrigues e Nuno Crato. Esta expectativa consolidou-se com as primeiras medidas do Ministério da Educação dirigido por Tiago Brandão Rodrigues. O fim da PACC e do “processo Cambridge”, o fim dos exames nacionais do 4º e 6º anos, o fim da requalificação dos docentes, e sobretudo a moralização do financiamento dos colégios através dos contratos de associação – mantendo-o onde a oferta pública é insuficiente e anulando-o ou reduzindo-o quando desnecessário – foram medidas muito bem recebidas. Os responsáveis do Ministério da Educação desenvolveram discursos em boa parte consonantes com as preocupações e reivindicações dos docentes, norteados pelos princípios da defesa da Escola Pública e da dignificação da profissão docente.

A nível governativo geral, a política de termo dos cortes salariais e de outros cortes nos rendimentos, como a sobretaxa sobre o IRS, foi, naturalmente, também bem recebida, como o foram as medidas que conduziram ao aumento do salário mínimo e as que permitiram uma relativa melhoria na contratação coletiva comparando com a legislatura anterior e na diminuição, ainda que lenta, da taxa de desemprego.

Desenvolveu-se pois um estado de espírito de confiança, assente nas medidas tomadas ou anunciadas, e de compreensão de que não seria possível corrigir de jacto as políticas austeritárias e antilaborais do governo anterior. Um verdadeiro “estado de graça” para o governo do PS.

O movimento sindical reagiu positivamente às primeiras medidas do governo, mas desde logo tornou claro que não desistiria de continuar a luta pela melhoria das condições de trabalho, pela revogação das normas mais gravosas impostas através do Código de Trabalho e por uma mais justa redistribuição da riqueza - quer através de aumentos salariais quer através de alterações significativas na tributação fiscal.

Os professores tornaram clara a sua intenção de exigirem alterações nos seus horários (nomeadamente com a denúncia da utilização abusiva da componente não letiva, ocupada com tarefas letivas), a diminuição do número de alunos por turma, a definição de regras de aposentação adequadas à dureza e desgaste da profissão, a vinculação dos docentes contratados, o regresso a modelos democráticos de gestão das escolas/agrupamentos ...

Conferências de imprensa, abaixo-assinados, petições dirigidas à Assembleia da República, inquéritos, plenários de docentes, concentrações junto ao M.E, um cordão humano dirigido à residência oficial do Primeiro-Ministro acompanharam as negociações de várias matérias relevantes

para a classe docente que a FENPROF tem conduzido com assinalável pertinência, preparação e competência, mas com resultados claramente insuficientes.

Embora os números globais da economia consolidem a imagem positiva da solução governativa, nos trabalhadores em geral, e nomeadamente nos professores e educadores, o otimismo inicial foi-se desvanecendo face à insuficiência das medidas tomadas e mesmo à sua ausência. As principais reivindicações dos docentes continuam por conquistar: nada se modificou no que respeita aos horários de trabalho, nem no que respeita à aposentação; a vinculação extraordinária conseguida (apontando para cerca de 3200 docentes abrangidos, números que contudo parecem não ter sido realmente atingidos a avaliar pelo concurso aberto) deixou de fora ainda milhares de contratados, nomeadamente os docentes do ensino artístico especializado e os que trabalham em ministérios que não o da Educação (que o governo não quer incluir no processo de vinculação dos trabalhadores contratados da administração pública agora iniciado). Melhorou-se a aplicação da chamada “norma travão”, mas continua a não cumprir integralmente a diretiva comunitária europeia. Há sérias preocupações quanto ao modo e aos tempos do descongelamento das carreiras e da recuperação do tempo de serviço roubado para a progressão.

O movimento sindical tem vindo a promover formas de luta que, embora não exigindo alteração de governo, insistem na alteração das políticas seguidas. Recordando as mais recentes: a greve dos médicos, as greves e lutas dos enfermeiros, dos trabalhadores dos aeroportos a greve dos trabalhadores da administração pública de 26 de maio e a manifestação promovida pela CGTP-IN no dia 3 de junho.

Embora tardiamente – só a 6 de junho - o Ministro da Educação recebeu a FENPROF para reunião negocial. Dessa reunião resultaram, como aspetos positivos, medidas que garantem perspectivas de solução para as questões envolvendo a estabilidade e vinculação dos docentes do ensino artístico especializado (o que justificou a desconvoação da greve destes docentes), compromisso de novos processos de vinculação extraordinária em 2018 e 2019 e a consideração dos intervalos no 1º ciclo como horário de trabalho. Mas nada se adiantou relativamente ao essencial das reivindicações dos docentes: horários de trabalho, aposentação, descongelamento das carreiras, gestão democrática e descentralização.

Os professores e educadores, face à incapacidade do M.E e do governo em assumir compromissos claros e calendarizados que permitam transformar as expetativas iniciais em medidas concretas, dando continuidade e aprofundando as lutas entretanto desencadeadas, são chamados pela FENPROF a subir o tom das suas reivindicações.

Nesse sentido, dando seguimento às decisões do Secretariado Nacional da FENPROF, a direção do SPGL propõe à Assembleia Geral de Sócios do SPGL

a adesão à greve nacional de docentes do ensino público, abrangendo todo o serviço distribuído, incluindo os exames e as provas de aferição a realizar no dia 21 de junho.

Aprovada por maioria na AGS de 12 de junho de 2017